

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E EQUIPAMENTOS TOPOGRÁFICOS**, a fim de estruturar a equipe da Diretora de Habitação nas rotinas administrativas e técnicas na organização e expedição de documentos, plantas, mapas e demais peças produzidas no processo de serviços de Regularização Fundiária (serviços técnicos, administrativos, sociais, urbanísticos, topografia e geoprocessamento), a fim de promover a regularização fundiária urbana de áreas pertencentes ao Governo do Estado de Sergipe e Companhia de Habitação e Obras Públicas, através da Secretaria da Assistência Social, Inclusão e Cidadania, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID DE FORNECIMENTO	QUANT.
01	<b>Bobina para impressão em plotter</b> (914mm x 50m,) – 3 polegadas diâmetro interno. Mínimo de 75 g.	UNID	10
02	<b>Boné</b> - confeccionado em algodão, boné árabe, tamanhos diversos a definir.	UNID	05
03	<b>Óculos de proteção</b> em policarbonato, tamanho único, polarizado, com lente escura e proteção UV com certificação CA.	UNID	05
04	<b>Bota de proteção</b> - confeccionada em couro, tamanhos variados (a definir), tipo Botina de segurança EPI, com bico em PVC, cano alto, sem cadarço, impermeável com certificação CA.	PAR	05
05	<b>Colete refletivo</b> em tecido 100% poliéster com material fluorescente na cor verde (alta visibilidade), nos tamanhos P, M, G e GG, Tipo Colete de segurança com bolsos, colete refletivo de trabalho ANSI/ISEA Classe 2	UNID	05
06	<b>Capacete de Proteção</b> – Classe B , com aba frontal, capa com estrias, injetado em polietileno de alta densidade e com slot, tamanho único, com regulagem do tamanho sistema de regulagem steel-lock.	UNID	05
07	<b>Camisa em malha fria</b> (PV), tamanhos P, M, G e GG na cor branca, manga curta, gola redonda, 30 fios com impressão em sublimação na frente e nas costas.	UNID	20

	<p>Aplicação de logo marca institucional conformr modelo anexo I. Distribuídos da seguinte forma: TAM. P 04 TAM. M 06 TAM. G 06 TAM. GG 04</p> <p>De acordo com modelo do anexo I do presente Termo de Referência.</p>		
08	<p><b>Roda De Medição Gwm 32 com bolsa de proteção-</b> Roda de medição com totalizador; até 10.000 m com leitura de centímetros; cabo tipo pistola, emborrachado anatômico; marcação para iniciar a medição; zerar em qualquer ponto; números no mínimo com 7mm; precisão da medição <math>\pm 1</math> dm/100 m; peso 1,4 kg; diâmetro da roda (circunferência) 318,5 mm (1 m), roda de alumínio fundido com superfície de borracha, capa de proteção. <b>Produto deve ser novo e com garantia mínima de 12 meses.</b></p>	UNID	02
09	<p><b>Nível ótico de precisão - nível a laser automático,</b> alcance de no mínimo 10m, precisão aproximada: horizontal: mais ou menos 1 mm/m; vertical: mais ou menos 1 mm/m; extensão do laser: 650nm, potência do laser: 1mw limite de nivelamento: mais ou menos 4°, capacidade em ambientes internos, autonivelamento de <math>\pm 3,5^\circ</math>, aviso sonoro de desnivelamento, sistema automático, medidas aproximadas:10cm diâmetro e 19,5cm altura, manual de instrução em língua portuguesa, acondicionado em maleta.</p> <p><b>Nivelador de linhas verdes aproximadamente 120 m 360° com Bluetooth.</b> <b>Produto deve ser novo e com garantia mínima de 12 meses.</b></p>	UNID	01
10	<p><b>Transferidor de ângulo</b> - em plástico e metal - medidor de ângulo digital, modelo: faixa de medida: 0~225°, tipo: display LCD/contagem: 4 dígitos/225,tamanho: mínimo de 400mm, graduação: precisão básica: 0,1°, acondicionamento: alimentação por bateria ou pilha e com indicador de nível: horizontal/vertical. Ângulo máximo mensurável de 270°. Profundidade de 52 mm. Com tela integrada.</p>	UNID	03

11	<b>Trena eletrônica – Medidor a laser-</b> Medição instantânea entre dois objetos, medição em metros (M, M2 e M3); Medições em ambientes externos com alcance de 100 metros: câmera de 5 MP com zoom, com acesso a histórico das 50 últimas medições.	UNID	02
12	<b>Trena de aço</b> - fita amarela de aço graduada em milímetros e polegadas, 10 metros Classe II, ABNT NBR 10123, passíveis de aferições; Com sistema de amortecedor de impacto, estojo anatômico em ABS e com cobertura em borracha termoplástica.	UNID	15
13	<b>Trena Fibra de Vidro</b> - 50 Metros.	UNID	12
14	<b>GPS</b> - à prova d'água, resolução do visor, LXA: 160 x 240 pixels, display: 2.6", visor transfletivo, 65k colorido TFT, compatível com USB de alta velocidade e NMEA 0183, conectividade sem fio, via bluetooth e ANT+, memória: interna mínima 8gb, câmera de 8mp que permita geomarcas na foto, antena de hélix quadrupla, suporte multi-gnss (GPS, GLONASS E GALILEO), bússola de três eixos com altímetro barométrico, resistência à água IPX 7, pontos de referência mínimo 5.000, número de rotas mínimo 200, registro de trajeto mínimo 10.000, seguimentos de mapa mínimo 4.000, calculo de áreas, bateria NIMH recarregável, com antena de alta sensibilidade, tela touchscreen, receptor Glonass, altímetro barométrico; conexão sem fio (tecnologia Bluetooth); alimentação por bateria, duração de no mínimo 12 horas. <b>Produto deve ser novo e com garantia mínima de 12 meses.</b>	UNID	01
15	<b>Drone-</b> multirotor, bateria de voo inteligente, cartão micro SD 64gb, protetor de gimbal, 3x pares de hélices, controle remoto, adaptador de alimentação USB-C (100w), cabo CA do adaptador de energia de 100w, cabo USB-C para USB C, cabo USB-A para USB-C, case de proteção, caixa de armazenamento, HUB de carregamento, sistema GNSS: GPS + GALILEO+ BEIDOU+ GLONASS (com rtk ativo); câmera : CMOS 4/3" 20 mp, lente 24mm, f/2.8-f/11; precisão RTK; 1 cm (horizontal)/ 1,5 cm (vertical) ano em curso, elétrico brushless, velocidade máxima: 21 m/s, resistência ao vento: até 12 m/s alcance de voo: até 32 km. <b>OBS:</b> Câmera multiespectral, Câmera RGB,	UNID	01

	<p>Posicionamento RTK em nível de centímetro, Armazenamento interno (ROM): 64 GB Suporta cartão microSD para expandir a capacidade. <b>Produto deve ser novo e com garantia mínima de 12 meses.</b></p>		
16	<p><b>Receptores GNSS RTK</b> - captura de imagens, com nuvem de pontos, RTK: HZ 8mm+1ppm - v 15mm+1ppm; compensação da inclinação RTK em tempo real com precisão 8mm+0,4 mm. Dois receptores, e peças de uso e suporte, com suporte a compensação de inclinação e captura de nuvem de pontos, com câmera de medição; Captura de imagens, com nuvem de pontos, RTK: Hz 8mm+1ppm - V 15mm+1ppm; Compensação da inclinação RTK em tempo real com precisão 8mm+0,4 mm - ° de inclinação até 30°; pós processamento Hz 3mm+0,1ppm.</p> <p><b>O Kit deverá conter os seguintes itens:</b> 01 Receptor GNSS RTK V200 BASE, Carregador de baterias, Rádio interno UHF 2w (403-473MHz), Antena interna do receptor 4dBi, Base nivelante, Adaptador para base nivelante, Licença de uso RTK para GNSS, 01 Receptor GNSS RTK Hi-Target V500 ROVER, Carregador, Coletora de dados iHand55, Carregador de baterias iHand55, Bateria interna para iHand55, Cabo USB para carregar iHand55, Rádio interno UHF 2w (403-473MHz) Antena interna do receptor 4dBi, Adaptador de controladora HTD-4, Licença de uso RTK para GNSS Software Hi-Target HGO. <b>Produto deve ser novo e com garantia mínima de 12 meses.</b></p>	UNID	01
17	<p><b>Estação Total: Kit Estação total robótica-</b> estação total eletrônica, precisão angular da estação de 5 segundos; leitura angular de 1 segundo; alcance de 6.000 metros com 01 prisma; medição sem uso de refletores de 1.000 metros, precisão linear com prisma de 1.5mm + 2ppm; precisão linear sem prisma de 2mm + 2ppm, alcance de 6.000 metros com 01 prisma, distância horizontal, vertical e desnível entre pontos lidos da mesma estação; linha de referência, arco de referência, poligonais, cálculo de volumes, coordenada relativa de ponto em relação a uma linha base, duplo</p>	UNID	01

	<p>compensador, com intervalo de compensação de 6' minutos,01 estojo próprio para o equipamento; 01 conjunto de baterias para fornecer autonomia para a estação trabalhar por 40 horas; 01 carregador externo para bateria com cabo, e adaptador para fonte veicular (acendedor de cigarros);01 pen drive de 8gb; 01 manual em português; 01 capa protetora para luneta (quebra sol); 01 trena para medição de altura do equipamento;01 tripé extensível em alumínio; 01 miniprisma circular, com bastão próprio, prumo laser na alidade do instrumento com intensidade ajustável em campo; possui iluminação do retículo, com regulagem de intensidade; possui sistema de nivelamento eletrônico, com visualização gráfica da bolha no display; tempo de medição no modo fino/preciso igual 0,9" segundo; possui gatilho rápido na lateral do corpo do equipamento, para medição de distância, medição de pontos relativos a um plano, implantação de MDT, medição de ponto oculto, estação livre, possuir aplicação para auxílio em locações de projetos viários (módulo estradas), possibilidade de definir mais de 30 arquivos de obra.</p> <p><b>A Estação deverá conter os seguintes itens:</b> Estação, Coletora, Prisma 360°,Bastão do prisma 2,60 de alumínio e Tripé. <b>Produto deve ser novo e com garantia mínima de 12 meses.</b></p>		
--	---	--	--

## 2. DA VIGÊNCIA

Os produtos serão adquiridos de forma imediata.

## 3 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**3.1 Trata-se de Aquisição de Materiais e Equipamentos topográficos**, visando estruturar a equipe da Diretora de Habitação nas rotinas administrativas e técnicas na organização e expedição de documentos, plantas, mapas e demais peças produzidas no processo de serviços de Regularização Fundiária (serviços técnicos, administrativos, sociais, urbanísticos, topografia e geoprocessamento), a fim de promover a regularização fundiária urbana de áreas pertencentes ao Governo do Estado de Sergipe e Companhia de Habitação e Obras Públicas, através da Secretaria de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania – SEASIC.



3.2 Devem ser informadas, obrigatoriamente, na proposta as especificações detalhadas dos serviços a ser contratado, devendo ser rigorosamente atendidas às especificações e observados os esclarecimentos contantes neste Termo de Referência.

#### 4. JUSTIFICATIVA

Este termo de referência tem como objetivo estabelecer diretrizes e requisitos para aquisição de Materiais e Equipamentos topográficos, visando estruturar a equipe da Diretora de Habitação nas rotinas administrativas e técnicas na organização e expedição de documentos, plantas, mapas e demais peças produzidas no processo de serviços de Regularização Fundiária (serviços técnicos, administrativos, sociais, urbanísticos, topografia e geoprocessamento).

No Estado de Sergipe, estudos indicam que parte das moradias não possuem documentação regularizada, situação causada principalmente pela alta vulnerabilidade social e econômica das comunidades.

Esses lotes/imóveis enfrentam restrições em razão da ausência de documentação formal, o que acaba comprometendo a segurança jurídica das moradias e a qualidade de vida da população residente nas áreas a serem regularizadas.

A política pública habitacional do Governo do Estado de Sergipe, e a implementação do “**Programa Casa Legal**”, de iniciativa da Secretaria da Assistência Social, Inclusão e Cidadania, visa a realização do processo de Regularização Fundiária de Interesse Social – REURB-S, em áreas pertencentes ao Governo do Estado e a Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas (CEHOP).

Tem-se por objetivo promover o levantamento de dados sociais de cada morador, plantas de localização e situação, com respectivos memoriais descritivos, visando à moradia regular, garantindo a segurança jurídica quanto à situação de moradia, fomentando a realização integral de outros direitos constitucionais, tais como, trabalho, lazer, educação e saúde.

Assim, diante dos fatos supracitados, tem-se justificado o processo licitatório visando a Aquisição de Materiais e Equipamentos topográficos. Atendendo assim, as necessidades desta Secretaria, que busca a regularização de imóveis/lotes habitacionais ocupados de forma



irregular e informal, predominantemente por famílias de baixa renda, conforme previsto na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dessa forma, ratificando o compromisso da Secretaria de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania, junto às necessidades sociais da população do Estado de Sergipe, trabalhando sempre com transparência em suas atividades, razão pela qual, deve-se proceder com as medidas necessárias.

#### 4.1 Da Natureza Comum do Objeto

Ressalta-se que a natureza da aquisição em tela é comum, visto que se baseia no fato de que **Materiais e Equipamentos topográficos** a serem adquiridos enquadram-se como bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado. Trata-se de produtos amplamente comercializados por diversos fornecedores, com características técnicas padronizadas, tais como precisão, alcance e funcionalidades operacionais. Não há necessidade de desenvolvimento tecnológico específico ou customização, possuem especificações padronizadas, sem grandes particularidades técnicas, sendo possível a comparação direta entre propostas com base em critérios objetivos, o que assegura a competitividade do certame e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Destaca-se, ainda, que a padronização das características técnicas permite a comparação direta entre propostas, com base em critérios objetivos de qualidade e desempenho, assegurando transparência, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Por fim, verifica-se a existência de ampla oferta no mercado, com múltiplos fornecedores aptos a atender às especificações estabelecidas, o que favorece a competitividade do certame.

Dessa forma, resta caracterizada a natureza comum do objeto, nos termos da legislação vigente.

**4.2 Do Atendimento às necessidades públicas:** A compra de **Materiais e Equipamentos topográficos**, são voltados para atender as necessidades desta Secretaria, que busca a regularização de imóveis/lotes habitacionais ocupados de forma irregular e informal, predominantemente por famílias de baixa renda. O processo licitatório visa garantir que esses



itens sejam adquiridos com qualidade e preço justo, respeitando os princípios da administração pública, como a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

**4.3 Da Economia e Eficiência:** O processo licitatório visa garantir a obtenção dos melhores preços e condições para a aquisição em comento, respeitando a competição entre fornecedores. Ao justificar a aquisição, justifica-se também que a realização do procedimento permite à Administração Pública garantir a eficiência no uso dos recursos públicos.

**4.4 Da Previsibilidade e planejamento orçamentário:** O alinhamento entre a aquisição em comento e o planejamento estratégico da Secretaria de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania é crucial para garantir a celeridade e eficiência dos processos, em conformidade com as metas e objetivos institucionais. Dessa forma, a aquisição de **Materiais e Equipamentos topográficos**, foi planejada ao longo do exercício fiscal, de forma a garantir o funcionamento da administração pública e o atendimento à sociedade.

## 5. 5.FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

**5.1** A aquisição dos materiais e equipamentos acima descritos, encontra-se fundamentada nas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, que rege os procedimentos licitatórios.

**5.2** A economicidade a ser obtida pela Administração, em relação à aquisição em tela poderá ser conseguida pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado processo e procedimento licitatório, cujo fator preponderante certamente será por **PREGÃO ELETRÔNICO**, cujo critério de julgamento será o de menor preço, nos termos do art. 6º, inciso XLI c/c art. 29, ambos da Lei nº 14.133/2021.

## 6. PRAZO DE GARANTIA DO OBJETO

**6.1** Os produtos de que trata o presente TERMO DE REFERÊNCIA deverão ter validade mínima de 12 (doze) meses, quando não houver referência específica.

## 7 . OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE



**7.1. A CONTRATANTE obriga-se a:**

**7.1.2.** Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos, informações necessárias ao cumprimento do presente Termo de Referência;

**7.1.3.** Indicar, formalmente, o fiscal para acompanhar a entrega dos produtos;

**7.1.4.** Receber os produtos no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus Anexos;

**7.1.5.** Acompanhar e fiscalizar o recebimento dos produtos por um representante especialmente designado pela SEASIC;

**7.1.6.** Comunicar ao vencedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos produtos fornecidos, para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos;

**7.1.7.** Disponibilizar a CONTRATADA as dependências e instalações físicas destinadas à entrega do item;

**7.1.8.** Encaminhar, para liberação de pagamento, as faturas aprovadas do fornecimento do item objeto da licitação;

**7.1.9.** Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;

**7.1.10.** Comunicar por escrito à CONTRATADA, qualquer falha ou deficiência dos itens, exigindo a imediata substituição;

**7.1.11.** Inspecionar através de seu corpo técnico e administrativo a entrega dos itens (prazo de garantia, quantidade e qualidade dos produtos) entregues pela empresa vencedora do certame, objetivando verificar o fiel cumprimento de tudo quanto especificado neste instrumento e nas demais disposições legais aplicáveis;

**7.1.12.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA, para fins da aceitação e recebimento definitivo;

**7.1.13.** A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo vencedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TERMO DE REFERÊNCIA, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

**7.1.14.** Comunicar em tempo hábil, através de e-mail ao vencedor, a quantidade de material (is) a ser (em) fornecido (s), em solicitações assinadas pela autoridade competente.



## **8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**8.1.** A CONTRATANTE somente pagará ao licitante vencedor pela efetiva entrega dos objetos, conforme quantidade e qualidade da entrega dos itens efetivamente comprovados.

**8.2.** O pagamento será efetuado após liquidação da despesa por meio de crédito em conta-corrente indicada pelo vencedor, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, mediante a apresentação de Nota Fiscal, devidamente certificada pelo setor responsável pelo recebimento na SEASIC.

**8.2.1.** O pagamento será realizado mediante apresentação de Nota Fiscal, contendo:

- a) Data da emissão;
- b) Estar endereçada a Secretaria de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania, situada a Av. Hermes Fontes, 2120, Bairro Grageru, CEP: 49.045-860, Aracaju – SE, sob CNPJ nº 34.841.186/0001-23;
- c) Valor Unitário;
- d) Valor Total;
- e) Especificações dos materiais objeto da licitação;
- f) Apresentar Nota Fiscal eletrônica original;

**8.3.** Cabe ao Estado de Sergipe promover a retenção do ICMS nos casos previstos na legislação do município competente para arrecadação do tributo.

**8.4.** Para fazer jus ao pagamento, o licitante vencedor deverá apresentar, acompanhado do documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, FGTS – CRF, Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo os débitos relativos a tributos federais à dívida ativa da União), Estadual e Municipal do domicílio do contratado.

**8.5.** Nenhum pagamento será efetuado ao vencedor enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**8.6.** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**8.7.** No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no caput desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE.



**8.8.** As Notas Fiscais que apresentem incorreções serão devolvidas ao vencedor para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o item anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, sem incorreções.

**8.9.** O pagamento será creditado em conta-corrente do Licitante vencedor, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta-corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

**8.10.** O Fiscal do contrato somente atestará o recebimento do objeto e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas pelo Licitante vencedor, todas as condições pactuadas.

## **9. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

Além das demais obrigações previstas neste Termo de Referência, ficam estabelecidas as seguintes:

### **Cabe ao vencedor:**

**9.1.** Manter durante toda a entrega dos objetos descritos nos itens deste Termo de Referência, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas neste instrumento.

**9.2.** Responsabilizar-se pelos danos ou prejuízos causados diretamente a SEASIC ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na entrega dos produtos/equipamentos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.

**9.3.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência com a Contratante, sem prévia e expressa anuência.

**9.4.** Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia e expressa anuência do Contratante.

**9.5.** Efetivar a entrega dos produtos de forma integral.

**9.6.** Estabelecer que seja responsabilidade do vencedor entregar os produtos no local estabelecido pela SEASIC.

**9.7.** O vencedor deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e seus anexos, assumindo com exclusividade seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**9.8.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior



([art. 137, II](#) da Lei nº. 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

**9.9.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, no prazo estipulado pelo fiscal do contrato, os produtos que apresentarem vícios, defeitos ou danos decorrentes de materiais empregados inadequadamente ou de armazenamento inadequado.

**9.10.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos produtos, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, o valor correspondente aos danos sofridos.

**9.11.** Não contratar, durante o período de fornecimento, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante, fiscal ou gestor do contrato;

**9.12.** Para verificação de regularidade o licitante vencedor deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização, até o dia trinta do mês seguinte ao da entrega dos produtos objeto deste Termo de Referência, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**9.13.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da entrega dos produtos objeto deste Termo de Referência.

**9.14.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças que fujam às especificações do objeto descritivo neste Termo de Referência.

**9.15.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



**9.16.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

## **10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Subcontratação**

**10.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

**10.2.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

## **11. DA FISCALIZAÇÃO**

**11.1.** A entrega dos produtos deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) nomeados, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**11.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 120 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**11.3.** O fiscal anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos produtos, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

## **12. DO PAGAMENTO**

**12.1** O pagamento só ocorrerá após a efetiva entrega dos itens objeto deste Termo de Referência, bem como, após o cumprimento de todas as obrigações firmadas pelo vencedor.



## **12.2. Do recebimento**

**12.2.1.** Os produtos serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo fiscal administrativo, mediante termos detalhados.

**12.2.2.** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da entrega dos produtos.

## **12.3. Liquidação**

**12.3.1** A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. (art. 63 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964).

**12.3.2** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**12.3.2.1.** Garantia;

**12.3.2.2** A data da emissão;

**12.3.2.3** Os dados do contrato e do órgão contratante;

**12.3.2.4** O valor a pagar; e

**12.3.2.5** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**12.3.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o vencedor providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

**12.3.4.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**12.3.5.** A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como



ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

**12.3.6.** Constatando-se a situação de irregularidade do vencedor, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**12.3.7.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do vencedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**12.3.8.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias nos autos do processo administrativo correspondente, assegurado ao vencedor a ampla defesa.

**12.3.9.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

### **13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA AQUISIÇÃO**

O custo estimado da aquisição é de R\$ 162.399,41 (cento e sessenta e dois mil trezentos e noventa e nove reais e quarenta e um centavos).

### **14. FISCALIZAÇÃO/CONTROLE DA ENTREGA DOS PRODUTOS:**

#### **A CONTRATANTE deverá:**

**14.1.** Registrar ocorrências na execução do objeto, indicando a aplicação de eventuais multas, penalidades e sanções por inadimplemento;

**14.2.** Aprovar as faturas do fornecimento dos produtos;

**14.3.** Aplicar as penalidades previstas no contrato e/ou na legislação vigente nos casos de descumprimento;

**14.4.** Comunicar por escrito ao vencedor qualquer falha ou deficiência da entrega dos produtos, exigindo a imediata correção;

**14.5.** Realizar verificação do cumprimento dos itens estabelecidos neste Termo de Referência, sob penalidades previstas no contrato.



## 15. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

**15.1** A entrega do(s) material(is) deverão ser efetuado(s) no almoxarifado da **Secretaria de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania**, telefone: (79) 3179-7676, endereço eletrônico: [marcelosimoes.santos@seasic.se.gov.br](mailto:marcelosimoes.santos@seasic.se.gov.br) situada à Rua Manoel Dantas, nº 435, Bairro José Conrado do Araújo, no horário das 08h às 13h, nos dias úteis, mediante solicitação.

**15.2** O licitante vencedor é obrigado a corrigir, remover ou substituir, totalmente às suas expensas, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou desconformidades no total ou em parte com o objeto deste Termo de Referência.

**15.3** Os **Materiais e Equipamentos topográficos deverão ser novas e estar em perfeito estado**, bem como, em embalagens apropriadas.

**15.4** Quanto às embalagens do(s) produto(s), quando necessário, devem ser consideradas inclusive aquelas extras necessárias para proteção durante os procedimentos de embarque, desembarque e transporte.

**15.5** O aceite ou aprovação dos produtos objeto deste Termo de Referência, pela Administração Pública não exclui a responsabilidade civil do(s) fornecedor(es) por vícios de quantidade ou qualidade dos produtos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração Pública as faculdades previstas no artigo 18 da Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

**15.6** A entrega dos produtos deverá ser realizada no **prazo de 20 (vinte) dias** corridos no almoxarifado desta Secretaria, cujo endereço consta do subitem 15.1, e deverá ser feita por funcionários do licitante vencedor, devendo estes estar devidamente uniformizados durante a entrega dos produtos.

**15.7** Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, no almoxarifado, cujo endereço consta do subitem 15.1 e deverá ser feita por funcionários do vencedor, devendo estes estarem devidamente uniformizados durante a entrega dos produtos.

**15.8** Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste TERMO REFERÊNCIA e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



**15.9** Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

**15.10** Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

**15.11** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do vencedor pelos prejuízos resultantes.

## **16. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

**16.1** Previamente ao recebimento dos produtos, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para aquisição, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

**a)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

**b)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**16.1.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**16.1.3.** Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**16.1.4.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, das linhas de fornecimento similares, entre outros critérios.

**16.1.5.** Caso atendidas as condições, a habilitação do interessado será verificada por meio dos sítios oficiais, nos documentos por ele abrangidos.



**16.1.6.** É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação e encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

**16.1.7.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ, CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**16.1.8.** Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**16.1.9.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**16.2.** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### **16.3. Habilitação jurídica**

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

**16.3.1. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**16.3.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**16.3.3. Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**16.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**16.3.5. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade



federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**16.3.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**16.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**16.3.8. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**16.3.9.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **16.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

Para fins de Habilitação fiscal, social e trabalhista, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

**16.4.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**16.4.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**16.4.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**16.4.4.** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou



insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**16.4.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**16.4.6.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**16.4.7.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**16.4.8.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**16.4.9.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**16.4.10.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **17. DA EXIGÊNCIA DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**17.1** Caso julgue necessário para efeito de habilitação, a SEASIC poderá solicitar, do detentor da melhor proposta, apresentação de qualificação técnica;

**17.2** Para comprovar a qualificação exigida, a licitante deverá apresentar um ou mais atestados que, somados, certifiquem o fornecimento prévio de, no mínimo, 30% (trinta por cento) do quantitativo do produto licitado. O Atestado deverá ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para o fornecimento, pertinente e compatível com o objeto da licitação;



**17.3** No caso de proponente representante autorizado de fabricante, atestado emitido em nome do próprio fabricante, acompanhado da “declaração” autorizando sua representação.

## 18. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

**18.1** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

**18.2** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

---


$$\begin{aligned}
 LG &= \frac{\textit{Ativo Circulante} + \textit{Realizável a Longo Prazo}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Exigível a Longo Prazo}} \\
 SG &= \frac{\textit{Ativo Total}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Exigível a Longo Prazo}} \\
 LC &= \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

**18.3** O balanço patrimonial das Sociedades Anônimas deverá ser publicado em Diário Oficial e em outro jornal de grande circulação, assim como registrado na Junta Comercial (Lei nº 6404/76); as demais formas societárias, inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte, optantes do SIMPLES ou LUCRO PRESUMIDO são obrigadas a apresentarem o balanço, autenticado pelo órgão competente do Registro de Comércio (Decreto-Lei 486/69);



## 19. DAS SANÇÕES

**19.1** Pela inexecução total ou parcial do objeto desta licitação, a CONTRATANTE poderá, garantindo a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, conforme art. 156, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a saber:

- I - Advertência escrita;
- II - Multa;
- III - Impedimento de licitar e contratar.
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



## **20. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**20.1** A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, no que couber, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010 e Decreto no 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República .

**20.2** A CONTRATADA deverá assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental específicos, inclusive:

- a) Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) Preferências para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) Maior vida útil e menor custo de manutenção de bens;
- d) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

**20.3** A exigência visa atender aos dispositivos normativos acerca dos critérios de sustentabilidade socioambiental, de forma a estabelecer que a promova ações ambientais, refletindo na responsabilidade da Administração e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes.

## **21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

**21.1.** As despesas decorrentes da contratação do objeto correrão à conta dos recursos consignados na Secretaria de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania - SEASIC, para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do Contrato, a cargo do órgão contratante, tomada as cautelas de realização de empenho prévio a cada necessidade de compra, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão nas respectivas Notas de Empenhos, com dotação suficiente, obedecendo à classificação pertinente.

**Órgão: 24000**

**Unidade Orçamentária: 14401**

**Classificação Funcional: 08.482.0051 FONTE: 1665**

**Projeto/Atividade: 1165**

**Natureza da Despesa: 4.4.90.52**



## 22. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

**22.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

## ANEXO I



**FRENTE**



## COSTAS



Aracaju, 9 de abril de 2026

## Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocs Sergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: NSAP-HT89-G82T-9MQX



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/04/2026 é(são) :

Legenda: ● Aprovada ● Indeterminada ● Pendente

- Edna Maria Alves de Avila Souza \*\*\*31959\*\*\* GERÊNCIA DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO - SEASIC Secretaria de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania 09/04/2026 17:33:15 (Docflow)